

EDITORIAL

O Centro de Estudos das Negociações Internacionais continua com suas atividades de pesquisa e divulgação. Temos realizados eventos abertos regulares e também seminários de pesquisa, discutindo *papers* e projetos de pesquisa, além de discussões que dão subsídios para a reflexão conjunta sobre o atual momento e seus desdobramentos, sobretudo do ponto de vista internacional.

Esta edição, dedicada à política externa brasileira, traz três contribuições importantes de pesquisadoras do Caeni, que discutem o tema a partir de diferentes perspectivas: da educação, da burocracia, e da integração regional.

O primeiro artigo, da pesquisadora Gabriela Ferreira, cuja pesquisa defendida no marco da dupla titulação IRI-USP e King's College London, faz uma extensa análise dos programas estudante-convênio (PEC), com a aplicação do survey com vários alunos estrangeiros, beneficiados pelo governo brasileiro. Neste momento de pandemia, nada mais acertado do que pensar os rumos da educação: “A criação de parcerias entre universidades, institutos de pesquisa e laboratórios privados, frequentemente intermediada pelos governos nacionais, está entre as estratégias mais adotadas para garantir o sucesso em qualquer das áreas de combate à pandemia e seus efeitos”. Mas, ao analisar o caso brasileiro, percebemos que ainda falta uma alta dose de investimento, no que a pesquisadora denomina “diplomacia da educação” que pode contribuir como um forte instrumento para a elaboração de uma política externa eficiente.

O segundo artigo, que faz uma excelente apresentação do seminário ministrado por Dawisson Belém Lopes, no DCP-USP, foi preparado pela pesquisadora Tamiris Burin, e destaca como o papel do Itamaraty vem sendo questionado, observando o papel de tomadores de decisão que manipulam e alteram regras institucionais na formulação coletiva de políticas. A pesquisadora chama atenção para o fato de que “um dos legados do período atual estará em avaliar de fato o lugar dos serviços diplomáticos e de seus efeitos estabilizantes dentre o adensamento de sistemas poliárquicos”. Tamiris tem dedicado sua pesquisa de mestrado ao estudo Presidência e perfis de liderança em análise de política externa brasileira.

A terceira contribuição desta edição do **Análise Caeni** é assinada por Flavia Loss de Araujo, e apresenta as ideias do Professor Camilo Lopez Burián, da Universidad de la República, do Uruguai, que participou como conferencista no webinar do Caeni, discutindo os desafios das democracias desenvolvidas frente a discursos populistas carregados de elementos nacionalistas, tradicionalistas, soberanistas e antielitistas, opondo-se aos princípios científicos. A pesquisadora conclui seu artigo, destacando que a discussão de responsabilidade de cada uma das esferas são tópicos em disputa na política internacional contemporânea. E “a capacidade de resposta das organizações internacionais frente à pandemia e a narrativa que será criada pelas forças políticas que as defendem podem ser fatores decisivos para sua sobrevivência no futuro”.

Amâncio Jorge de Oliveira
Coordenador Científico

A Diplomacia da Educação, da Ciência e da Inovação: a importância da gestão da complementaridade

Gabriela Gomes Coelho Ferreira¹

A pandemia causada pelo Covid-19 traz, mais do que nunca, a reflexão sobre a importância da cooperação internacional para enfrentar desafios locais e globais. Temas como a grande demanda de materiais para teste da população e tratamento dos infectados, a criação de vacinas e novos medicamentos, e a adoção de medidas que possam diminuir os efeitos da crise econômica decorrente da pandemia são pautas diuturnas de acadêmicos, políticos e (por que não?) investidores. Em um cenário como esse, a diplomacia científica e da inovação assume um protagonismo natural.

Nesse contexto pandêmico, a ciência, a tecnologia e a inovação (CTI), fortemente correlacionadas por sua própria natureza, estão no centro das preocupações dos governos. A criação de parcerias entre universidades, institutos de pesquisa e laboratórios privados, frequentemente intermediada pelos governos nacionais, está entre as estratégias mais adotadas para garantir o sucesso em qualquer das áreas de combate à pandemia e seus efeitos.

É por isso que, nesse momento, contatos estratégicos com pessoas-chaves de outros países tornam-se um trunfo. E é aí que a diplomacia da educação aparece como forte instrumento de elaboração de uma política externa eficiente. Um exemplo são os programas específicos de mobilidade para estudantes internacionais durante o ensino superior.

Alguns exemplos importantes são o Fulbright no Estados Unidos, o Chevening no Reino Unido, o Erasmus Mundus da União Europeia, e os Programas Estudante Convênio (PEC-G e PEC-PG) do Brasil. Esses programas oferecem vagas e financiamento para estudantes e pesquisadores internacionais desenvolverem seus estudos no país, criando laços culturais, emocionais e profissionais durante a experiência, que são normalmente fomentados por importantes redes de *alumni*.

Dentre todas as externalidades positivas, essas redes são talvez as mais importantes para a política externa voltada para as CTI. Cuidadosamente gestadas para garantir a duração dessa relação, essas redes também garantem o acompanhamento do trajeto profissional dos ex-alunos – frequentemente, posições importantes não apenas em seu país de origem, como em outros países.

Uma lista de contatos qualificada, com informações detalhadas de pessoas com as quais se possa desenvolver com mais facilidade qualquer tipo de diálogo cooperativo, é extremamente valiosa para o corpo diplomático de um país. Especialmente em um momento tão singular como o atual no qual a cooperação internacional em CTI é central.

Como a *Madri Declaration on Science Diplomacy* assinala, a diplomacia da ciência integra ciência e política externa para avançar interesses nacionais e para a solução de desafios globais, como o que estamos enfrentando em 2020. Em sentido complementar, o *São Paulo Framework of Innovation Diplomacy* aponta a diplomacia da inovação como o componente de estratégias nacionais e subnacionais para o aumento das capacidades de inovação que emprega instrumentos e processos diplomáticos – com especial foco em tecnologia, investimento financeiro e capital humano qualificado – para promover o benefício comum².

No mesmo sentido, a diplomacia da educação integra educação (em especial a formação profissional e acadêmica) e política externa para aumentar a capacidade de um país de exercer influência na arena transnacional por intermédio de seus egressos. Desse modo, a educação é um instrumento de política externa não apenas porque pretende criar uma imagem positiva em profissionais internacionais, mas especialmente por seu aspecto prático: participa da formação de capital humano qualificado, criando

¹ Gabriela Gomes Coelho Ferreira é Doutora em Relações Internacionais, com Dupla Titulação IRI/USP e King's College London, e pesquisadora do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni).

² Importa aqui trazer um importante conceito da diplomacia da inovação apontado por Jos Leiten: a concorrência.

um terreno comum de significados, objetivos e estabelece com ele uma relação duradoura de cooperação.

Nesse momento, percebe-se a continuidade e a complementaridade entre a diplomacia da educação, da ciência e da inovação.

Os programas de mobilidade internacional criam capital humano qualificado e internacionalizado em diversas áreas do conhecimento. Não raro, os egressos ocupam posições em universidades, governos e empresas, e podem facilitar sobremaneira a diplomacia da ciência e da inovação dos países nos quais estudaram exatamente por já terem essa proximidade intelectual e cultural. O Reino Unido, por exemplo, tem um relatório sobre o poder brando britânico que contempla largamente esses programas, citando seus *alumni* e suas respectivas posições detalhadamente acompanhadas ao longo dos anos.

O Brasil

Entretanto, apesar da similaridade com os objetivos de outros programas, o caso dos PECs brasileiros é singular. Enquanto programas de outros países tratam as redes de *alumni* como um importante ativo, o Brasil não o faz. Apesar de darem vagas gratuitas em universidades para alunos de graduação (PEC-G), e financiamento equiparado a estudantes nacionais para mestrado e doutorado (PEC-PG), o governo brasileiro não possui uma sólida rede de *alumni*, com seu respectivo fomento e acompanhamento.

Apesar do recente fomento governamental a uma diplomacia da inovação com direito a uma página específica no site do Ministério das Relações Exteriores, esse essencial intercâmbio entre educação, ciência e inovação não parece ser parte essencial da abordagem. Uma diplomacia da inovação construída nas bases de uma eficiente diplomacia da educação e da ciência parece muito mais promissora.

Os números dos PECs são impressionantes. Entre os anos 2000 e 2013 participaram do PEC-G 6391 estudantes, dos quais 3218, haviam concluído seus estudos e 1736 ainda eram ativos³. Quanto ao PEC-PG, só no ano de 2012 foram admitidos 100 estudantes para o mestrado e 186 para o doutorado. Trata-se de uma base de dados que, com acompanhamento longitudinal, pode ter informações estratégicas não apenas para o governo federal, mas também para governos subnacionais.

Pensemos em uma possível instrumentalização desses dados: a diplomacia da inovação brasileira entra como facilitadora de uma universidade e uma *start up* brasileiras na busca de parcerias com institutos de pesquisa ou empresas produtoras de determinado ativo essencial para o desenvolvimento de uma vacina para o vírus do Covid-19. Uma primeira abordagem seria a análise dessa base de dados qualificada com filtros por tema de pesquisa, por colocação profissional, ou mesmo por país de nacionalidade ou residência. Iniciar um diálogo com uma pessoa que tem certa familiaridade e apreço pelo país pode facilitar sobremaneira a vida de um diplomata.

Ou seja, uma significativa rede qualificada pode estar sendo subutilizada por falta de uma gestão eficiente dos resultados da política externa e, por isso, ela tem seu impacto estratégico diminuído em um momento crucial como o atual, onde a cooperação é a palavra central.

Evidentemente, a situação de pandemia está forçando a sociedade a reavaliar suas práticas, prioridades e para realizar decisões adequadas ao novo cenário. Esse pode ser o momento para o governo brasileiro analisar as possibilidades que os PECs podem oferecer a estratégias nacionais e subnacionais em colaboração com outros países.

Se, de um lado, temos as medidas de isolamento social para achatar a curva de infectados, permitindo que os sistemas de saúde não entrem em colapso; de outro temos o aumento mundial das atividades de cooperação científica e para a inovação para encontrar soluções para um problema global. O ganho mútuo entre países e indivíduos pode ser a pedra de toque para uma nova abordagem dos programas e suas possibilidades.

³ Dados do Projeto OEI/BRA/10/002 Termo de Referência nº3029 / Edital Nº 047/2014.

Seminário do Prof. Dawisson Belém Lopes

A diplomacia do mundo de hoje passa por diversas transformações desde a sua estrutura burocrática clássica e a tradição institucional brasileira tem acompanhado algumas delas. Os efeitos da agência diplomática ou os mecanismos pelos quais ela varia, porém, estão distantes de um consenso da literatura. Expandindo as perspectivas desse diálogo, “A emergência da política externa pós-diplomática” foi o tema da participação do Prof. Dawisson Belém Lopes no ciclo de seminários do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP, dia 05 de maio de 2020. O Professor de política internacional e comparada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é autor de quatro livros e trabalhos que podem ser considerados pilares da literatura de política externa brasileira e latino-americana. Sua atual agenda de pesquisa motivou o seminário e sobretudo esta segunda edição da *Análise Caeni 2020*.

Repassando fases de sua trajetória nos moldes da política comparada, o Prof. Belém Lopes apontou a excepcionalidade diplomática brasileira perante os arranjos da produção de política externa de seus vizinhos latino-americanos. Ressaltou também o primado que corpos diplomáticos treinados e socializados a partir de um conjunto de valores e protocolos institucionais desempenham sobre a agência de países intermediários no ambiente político e normativo internacional. Corroborando um histórico de êxitos do Brasil no papel de empreendedor de normas globais. E agora ingressando no estudo do capital burocrático de potências mundiais, traz grandes hipóteses às novas configurações: Não só que a política externa tem se desvinculado da diplomacia tradicional, mas que a centralidade de corpos diplomáticos na produção dessa política tende a ser tanto maior quanto menos poliárquico for o regime político em questão. Tomando exemplos de China e Rússia, que tem reinvestido em corporações essencialmente diplomáticas na conformação de política externa, reascende assim o olhar a regimes e análise de política externa.

Colocações que suscitam o lugar de novos questionamentos e antigos debates da literatura. Sobre o papel do Itamaraty, que tem sido revisto em alguns estudos recentes, ou discussões sobre autonomia e poder burocrático em autocracias pautadas pela habilidade de oferecer benefícios privados às coalizões que as sustentam. Quando burocracias tendem a prover controle e previsibilidade, mas elites de poder centralizadas a limitá-las. Nesse sentido, também, um papel significativo deve ser reservado aos decisores que manipulam e alteram regras institucionais na formulação coletiva de políticas, ou como forças centrípetas às preferências das lideranças operam, as quais ideias e interesses mesmo cristalizados em corporações diplomáticas estão sujeitos.

Talvez um dos legados do período atual estará em avaliar de fato o lugar dos serviços diplomáticos e de seus efeitos estabilizantes dentre o adensamento de sistemas poliárquicos. No caso brasileiro, normas formais e práticas diplomáticas tradicionais tem se mostrado essencialmente vulneráveis a reorientações das elites políticas e a disputas por recursos e agendas de diferentes atores. Mas instituições mais permeáveis a essas dinâmicas poderiam, em tese, continuar perseguindo seus espaços. Os contornos de uma política externa pouco diplomática ainda estão se definindo, mas o momento é certamente propício para aprofundar o entendimento das disposições e incentivos que as governam, como as do Prof. Belém Lopes.

⁴ Tamiris Burin é aluna de mestrado do Instituto de Relações Internacionais da USP e pesquisadora do Observatório Eleitoral USP-OEA.

A nova direita patriota na América do Sul diante da pandemia

*Flavia Loss de Araujo*⁵

O Caeni realizou, no último dia 08 de maio, um webinar com Camilo López Burian, professor de Ciência Política da Universidade da República (Udelar) do Uruguai. Intitulada “América do Sul diante da pandemia: o jogo político das direitas antiglobalistas, seus possíveis efeitos sobre a democracia e a ordem regional e internacional”, a conferência foi baseada em uma agenda de pesquisa mais ampla integrada pelo Prof. Burian e coordenada pelo pesquisador José Antonio Sanahuja, professor da Universidade Complutense de Madrid. O debate com os pesquisadores presentes ao webinar teve como objetivo discutir a interseção entre o atual contexto político da nossa região e a atribulação internacional gerada pela pandemia.

Primeiramente, o Prof. Burian discutiu o contexto anterior à pandemia: a crise da globalização iniciada em 2008, que desorganizou as cadeias globais de produção, a divisão internacional do trabalho e colocou em xeque as normas da ordem liberal, abrindo espaço para atores transnacionais que possuem uma agenda antiglobalização. Surgiram nas democracias desenvolvidas, assim, discursos populistas carregados de elementos nacionalistas, tradicionalistas, soberanistas e antielitistas, opondo-se a toda forma de intelectualidade e contrapondo o senso comum aos princípios científicos.

Rapidamente, tais ideias foram incorporadas à vida política dos Estados Unidos e da Europa e a nova direita conquistou parcela significativa desses eleitorados⁶. Por se tratar de um movimento global, as ideias da nova direita foram acolhidas por atores políticos equivalentes na América do Sul, em particular na Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai e Uruguai. Denominados pelos pesquisadores de “novos patriotas latino-americanos”, esses movimentos replicaram a retórica antiglobalização e os questionamentos em relação à ordem liberal internacional, na mesma linha de seus congêneres europeus e estadunidenses.

As narrativas dos novos patriotas ganharam, porém, contornos típicos da realidade política latino-americana, especialmente quando adotam elementos retóricos militaristas e messiânicos, como no caso brasileiro.

A ascensão dos novos atores também teve impactos importantes no regionalismo latino-americano, visto que o aspecto soberanista desse ideário impede o comprometimento com projetos de cooperação ou até mesmo de liberalização comercial. O caso do Mercosul é emblemático, pois ao mesmo tempo em que o aspecto comercial do bloco é valorizado em termos retóricos e o governo brasileiro propõe uma agenda liberalizante, percebe-se pouco comprometimento com qualquer iniciativa que envolva diálogo ou concertação com seus pares.

O regionalismo é entendido pelos novos patriotas como parte da ordem liberal internacional e, portanto, adversário da soberania de seus Estados em temas sensíveis como meio ambiente, migrações e direitos humanos. Soma-se a esse ponto o fato de que vários projetos de integração foram criados dentro da perspectiva de “regionalismo pós-liberal” na América Latina durante a vigência da chamada onda rosa, fortalecendo o discurso de que as esquerdas possuíam o propósito

⁵ Flavia Loss de Araujo é Mestre pelo PROLAM-USP e Doutoranda no IRI-USP. Professora na FMU e UNICSUL. Pesquisadora do Observatório do Regionalismo (ODR).

⁶ “Europe and right-wing nationalism: A country-by-country guide”. BBC News, 13 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-36130006>

de hegemonia no continente. O desmantelamento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é uma das consequências da nova orientação política da região e, em meio a um cenário de pandemia, cabe lembrar que a instituição contava com o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde⁷ (ISAGS), órgão que, entre outras funções, possuía um banco de dados sobre preços de medicamentos, informações extremamente importantes para negociações conjuntas com a indústria farmacêutica⁸ (SOUZA, 2019).

Segundo o Prof. Burian, a pandemia, por se tratar de um tema social e político, além de médico, acelera e intensifica a crise da globalização, dando força aos discursos que desafiam a ordem internacional vigente e possibilitando a ascensão de um novo internacionalismo de caráter reacionário. Ao mesmo tempo, a pandemia impõe desafios para a nova direita global quando suas propostas, baseadas na guerra de narrativas contra a ciência, provocam danos. Um exemplo é Matteo Salvini, líder do partido italiano de extrema direita “Liga Norte”. Inicialmente contra as medidas de distanciamento social e de fechamento do comércio na Itália, Salvini foi obrigado mudar seu posicionamento quando o sistema de saúde da região da Lombardia entrou em colapso e a popularidade de seu partido entrou em declínio⁹. Da mesma forma, espera-se que os desdobramentos da pandemia afetem a popularidade e o desempenho eleitoral dos novos patriotas latino-americanos, a depender de seu sucesso na construção de uma narrativa sobre a crise de saúde pública e sua capacidade de controlá-la. As consequências do caso brasileiro serão importantes para os rumos dessa vertente política no continente, visto que o governo federal está disputando ativamente a narrativa enquanto o país se torna o epicentro da pandemia.

Em resumo, a crise suscitará questionamentos a respeito das incumbências dos Estados e da relevância da cooperação internacional. A discussão sobre quais temas são de responsabilidade exclusiva de cada uma dessas esferas e o quanto podem se complementar são tópicos em disputa na política internacional contemporânea. A capacidade de resposta das organizações internacionais frente à pandemia e a narrativa que será criada pelas forças políticas que as defendem podem ser fatores decisivos para sua sobrevivência no futuro.

⁷ Em debate realizado em 14 de maio de 2020 no canal “Ciências Sociais em Diálogo”, da UNESP, a Profa. Dra. Karina Mariano apontou a importância que o ISAGS teria em um cenário de pandemia na América do Sul.

⁸ SOUZA, Lucas Eduardo Silveira. O que se perde com o fim do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS)? Observatório do Regionalismo, 02 de julho de 2019. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/artigos/o-que-se-perde-com-o-fim-do-instituto-sul-americano-de-governo-em-saude-isags/>

⁹ “La crisi coronavirus ha oscurato politicamente Matteo Salvini”. Il Foglio, Milão, 27 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.ilfoglio.it/l-italia-vista-dagli-altri/2020/04/27/news/la-crisi-coronavirus-ha-oscurato-politicamente-matteo-salvini-315359>

THE SÃO PAULO SCHOOL OF ADVANCED SCIENCE IN SCIENCE DIPLOMACY AND INNOVATION DIPLOMACY – InnSciD SP

3 to 7 August 2020

University of São Paulo, São Paulo, Brazil

The São Paulo School of Advanced Science on Science Diplomacy and Innovation Diplomacy (InnSciD SP) 2020, organized by the Institute of International Relations (IRI-USP) and the Institute of Advanced Studies (IEA-USP), will take place “on-line” from 3 to 7 August 2020.

Important dates:

- Beginning of the application period: May 20, 2020
- Closing of the application period: June 20, 2020
- Announcement of the students selected to participate: July 15, 2020

Support and Selection Process:

There are 50 vacancies for international participants and 50 vacancies for participants from Brazil. The main target audience for the school are students enrolled in Master’s, doctoral or postdoctoral programs and all those who have interest in the school’s topics. When presented with multiple candidates of similar abilities, we will aim to diversify/balance the group of students on the basis of gender and geographic origin.

Participant selection will be conducted by members of the InnSciD SP Executive Committee based on the information submitted online for application.

How to apply:

Please fill out a registration form at www.innscidsp.com and upload the following files:

- A letter of interest describing your motivations for participating (pdf, 1 page maximum).
- Curriculum Vitae (pdf, 3 pages maximum).

If you have questions or require more information, please send an e-mail to innscidsp@usp.br or visit www.innscidsp.com

Innovation and Science Diplomacy School - InnSciD SP

innscidsp.com

InnSciD^{Sp}

WEBINAR ON "International innovation initiatives to fight the Covid-19 pandemic"



Dr. Talismarif Saiyed

CEO
*Centre for Cellular and Molecular
Platforms, Bangalore/India*



Mr. Leopoldo Lima

Head of Innovation and
Investment in Startups
Hospital Albert Einstein/ Brazil



Mr. Ben Yaron

Business Development
Manager
*Start-up Nation Central and
CoronaTech/Israel*

Date: Friday, 22 May 2020 - Time: 10h00 (BRT) 13h00 (UTC)

Análise CAENI. Publicação do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (NAP-Caeni), Instituto de Relações Internacionais da USP.

Coordenação científica: Amâncio Jorge de Oliveira.

Colaboradores: Cristiane de Andrade Lucena Carneiro, Janina Onuki, João Paulo Cândia Veiga, Pedro Feliú Ribeiro.

Pesquisadores:

Assistente executiva: Vanessa Munhoz

Site: www.caeni.com.br

E-mail: caeni@caeni.com.br

Facebook: www.facebook.com/caeni.usp

InnSciD SP: <https://innscidsp.com>